

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, aos, 10 dias do mês de abril de 2014.

Vlândia Santos Teixeira
Secretária de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 704 /2014

Dispõe sobre concessão de diárias
para servidor e militar.

A Secretária de Gestão de Pessoas do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a delegação de competência que trata a Portaria 452/2013, publicada no Diário da Justiça do dia 03 de maio de 2013,

CONSIDERANDO o Processo Administrativo nº 8504473-03.2014.8.06.0000

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder em favor de ADERSON ALDENIR ALEXANDRE, Matrícula nº 7351, 03 (três) diárias, sendo 02 (duas) diárias com pernoite, no valor unitário de R\$ 180,00 (cento e oitenta reais), e 01 (uma) diária sem pernoite no valor unitário R\$ de 90,00 (noventa reais), totalizando R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais), em razão de viagem às Comarcas do interior do Estado do Ceará, no período de 31 de março a 02 de abril de 2014, para proceder o levantamento do quantitativo e qualitativo dos extintores de incêndio.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, aos, 10 dias do mês de abril de 2014.

Vlândia Santos Teixeira
Secretária de Gestão de Pessoas

**Assessoria de precatórios
Publicação de decisão administrativa**

1 PRECATÓRIO Nº 8505510-02.2013.8.06.0000. CREDOR: VERÔNICA MARIA DE OLIVEIRA LIMA. DEVEDOR: ESTADO DO CEARÁ. Acolho a manifestação da douta Procuradoria Geral de Justiça de págs. 104/105. Cumpra-se o presente precatório. Fortaleza/CE, 07 de abril de 2014. Francisco Eduardo Fontenele Batista Juiz Auxiliar da Presidência - Portaria de delegação nº 463/2013. **DRS. WALTER ALVES DE ALBUQUERQUE OAB/CE Nº 2.017, HELDER LIMA DE LUCENA OAB/CE Nº 7.195 E EDUARDO MENESCAL OAB/CE Nº 16.996.**

**Assessoria de Precatórios
DESPACHO DE RELATORES**

Assessoria de Precatórios

0278599-30.2000.8.06.0000 - Precatório. Credor: Francisco Osterno de Vasconcelos. Devedor: Município de Morrinhos. Procª. Munic.: Josines Marques de Freitas (OAB: 15012/CE). Procª. Munic.: Roberta Araujo de Souza (OAB: 16834/CE). Despacho: - Reconhecida a regularidade da expedição do precatório, e inexistindo irrisignação formal (pág. 59) quanto aos novos cálculos de págs. 47/53, como se colhe após intimação das partes (págs. 55 e 58), acolho referidas contas por nelas não encontrar, após exame perfunctório, ressaltando eventual erro material, aparentes vícios ou inexatidões. Aguarde-se momento do regular pagamento, quando nova e definitiva atualização deverá ter lugar com arrimo no art. 10, caput, da Resolução nº 10/2011. Intimem-se. Fortaleza, 10 de janeiro de 2014. Francisco Eduardo Fontenele Batista. Juiz de Direito Auxiliar da Presidência. Portaria de delegação n 463/2013.

Total de feitos: 1

**Assessoria de Precatórios
DESPACHO DE RELATORES**

0001049-59.2008.8.06.0000 - Precatório. Credor: Centro Comunitário de Novo Oriente. Repr. Legal: Raimundo Moreira de Oliveira. Devedor: Município de Novo Oriente. Advogado: Paulo Sergio Lima Vasconcelos (OAB: 12928/CE). Proc. Município: Jose Bonfim de Almeida Junior (OAB: 15545/CE). Procª. Munic.: Silvia Regia Lopes Melo (OAB: 16615/CE). Despacho: - Realizados os cálculos de atualização do crédito (págs. 213/215), e apuradas as retenções tributárias devidas (págs. 216/217), eis que as partes manifestaram tácita concordância (págs. 239/242 e 235). Sendo assim, verificando que os cálculos foram elaborados observando sistemática contábil adequada e com evidente respeito à coisa julgada e disposições presentes no art. 10, da Res. 10/2011 do OETJCE, art. 97 do ADCT e art. 36 da Res. 115/2010 do CNJ, homologo referidas contas por nelas não encontrar, ainda, erro material. Sendo assim, e à vista do cumprimento do disposto nos arts. 34-A da Res. 115/2010 do CNJ, e art. 25 da Res. 10/2011 do OETJCE, conforme págs. 232, determino seja viabilizado o pagamento, mediante transferência, com estrita observância das planilhas homologadas, às contas bancárias informadas pelos credores, com imediato repasse aos entes tributantes competentes dos valores retidos, na ocasião. Retire-se, de consequência, o crédito da lista de ordem cronológica onde originalmente inserido, providenciando-se o pagamento, acaso existentes recursos em suficiência a tanto, do precatório seguinte. Tudo cumprido, arquivem-se os autos, dando-se a necessária ciência ao juízo de origem, para os devidos fins. Fortaleza, 7 de abril de 2014. Desembargador Luiz Gerardo de Pontes Brígido - Presidente do Tribunal de Justiça.